

CONFIDENCIAL



CAPA DE ACE

ARÉNCIA BIC	N.º ACE/ANO 074211 90.	TOTAL FLs. 262	SÍMBOLO W
FLUXO DO PROCESSO		VALIDADE INICIAL 02 ANOS	
ENTRADA NA SE/SS PESQ. ARQ.	REMESSA AO CIB	ACE PROCESSADO	
/ /	04/05/90	/ /	
FRAÇÃO RESPONSÁVEL SE 522			

ACESSO INICIAL

BIC									
-----	--	--	--	--	--	--	--	--	--

DOCUMENTOS COMPONENTES

N.º ORD.	TIPO/NÚMERO/ÓRGÃO/ANO	NRE/NRS/ANO
01	INFE/0351/DSI/MD/89	008178/89
02	MEMO/2209/GAB/SNI/89	018494/89
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		

OBSERVAÇÕES E INSTRUÇÕES ADICIONAIS

01 PRESENTE ACE DEIXOU DE SER PAGINADO, TENDO EM VISTA AS ENTIDADES RELACIONADAS, ESTAREM ENVOLVIDAS EM TODO O PROCESSO. 02 SEDOC/DIN.

Acervo do Arquivo Nacional



CONFIDENCIAL

FM-148

FICHA DE TRAMITAÇÃO DE DOCUMENTOS - FTD

Registro de Entrada - NRE

008178 -BMA189

Tramitação

☐ Normal
☐ Urgente

GTC

CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

DADOS BÁSICOS SOBRE ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO (ZPE)

Ass / Tit.

Ref.

An

RELACIONADOS NO DOCUMENTO -- "A" e "D"

Doc. / Ident.

INFE/0351/DSI/MD/080589

Original

DPT-5

DISTRIBUIÇÃO INICIAL

Cópias

Responsável Distribuição

421

Observações

ENCAMINHAMENTOS

Nº	Data	De	Para	Despacho
01	9.05.89	DAF-5	DAF-52	Analisar. Projeção uma Apreciação sobre o assunto
02	10.05	52	322	Para encaminhamento
03	16/05/89	52	52	Para 209
04	23/11/85	522	52	Implantar

Providências Adotadas

Use o verso da ficha para registro das providências

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO 01/05
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

INFORME Nº 0351/89-DSI/MD



DATA : 08 MAI 89.

ASSUNTO : DADOS BÁSICOS SOBRE ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO (ZPE).

ORIGEM : DSI/MD.

AVALIAÇÃO: 1.

DIFUSÃO : AC/SNI.

ANEXOS : RELACIONADOS NO ÚLTIMO ITEM.

1. O CONSELHO NACIONAL DAS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO (CZPE) é órgão integrante da estrutura básica do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO (MD), e tem como Presidente o Ministro dessa Pasta; como Vice-Presidente o Ministro da Fazenda; e, como demais membros, o Ministro do Interior, o Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, o Secretário-Geral da SECRETARIA DE DEFESA NACIONAL (SDN), o Ministro-Chefe da SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SEPLAN), e o Secretário Especial da Ciência e Tecnologia.

Esta composição interministerial tem por finalidade de compatibilizar a política das ZPE com os interesses da Segurança Nacional, observar as normas relativas ao meio ambiente, assim como atender às prioridades governamentais para os diversos setores da indústria nacional e da política econômica global.

2. Subordinada ao CZPE funciona a Secretaria Executiva, dirigida pelo Secretário-Executivo, designado pelo Presidente da República, mediante indicação do Ministro do Desenvol

CONFIDENCIAL

Acervo do Arquivo Nacional

CONFIDENCIAL

(CONTINUAÇÃO DO INFORME Nº 0351/39-DSI/MD.....02/05)

vimento da Indústria e do Comércio.

Além da Secretaria Executiva, o Conselho dispõe de um Grupo Técnico de Assessoramento, coordenado pelo Secretário-Executivo do CZPE, representando o MD.

Esse grupo é formado por um representante de cada membro do CZPE, por um representante do BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN) e um da SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL (SRF), e dois representantes da Secretaria Executiva do CZPE.

O Grupo reúne-se por convocação do Secretário-Executivo a fim de examinar as propostas de criação de ZPE, os projetos industriais, bem como as normas complementares a serem submetidas ao Conselho.

3. Os pareceres da Secretaria Executiva, as Exposições de Motivos e os Decretos de criação das ZPE estão substanciados no "ANEXO A-I".

E a seguinte a relação das ZPE já aprovadas:

- ARAGUAÍNA/TO;
- BARCARENA/PA;
- ILHÉUS/BA;
- JOÃO PESSOA/PB;
- MACAÍBA/RN;
- MARACANAÚ/CE;
- NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE;
- PARNAÍBA/PI;
- SÃO LUÍS/MA;
- SUAPE/PE.

Atualmente, não existem, em análise, propostas de criação de novas ZPE.

4. As normas para apresentação dos projetos indus

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

(CONTINUAÇÃO DO INFORME Nº 0351 /89-DSI/MD.....03/ 05)

trials para instalação nas ZPE estão contidas na Resolução CZPE Nº 006/89 (ANEXO "A-II").

Os critérios para fixação dos gastos mínimos foram tomados pela Resolução CZPE Nº 005/89 (ANEXO "A-III").

Os ANEXOS "A-IV e "A-V" tratam das atribuições e responsabilidades das Administradoras das ZPE, tomadas pelas Resoluções CZPE nºs 004/89 e 007/89.

No que tange às penalidades por infração da legislação que rege as ZPE, o Ministro do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, Presidente do CZPE, enviou Exposição de Motivos, em 29 MAR 89, ao Presidente da República, apresentando o projeto de Decreto na forma aprovada na reunião do Conselho de 28 FEV 89 (ANEXO "A-VI").

A relação dos componentes do Grupo Técnico de Assessoramento ao CZPE, com base na Resolução CZPE nº 002 de 21 DEZ 88 (ANEXO "A-VII"), está descrita no ANEXO "A-VIII".

5. Relativamente à competência e ao ônus da criação das Administradoras das ZPE aprovadas, diz o Artigo 5º do Decreto nº 96.758, de 22 SET 88: "O Tesouro Nacional não assumirá ônus de qualquer natureza para instalação de ZPE". Por conseguinte, essas Unidades serão implantadas com recursos do Governo Estadual ou Municipal, em conjunto com a iniciativa privada. Quanto ao ônus da criação das Administradoras, a Secretaria Executiva não dispõe de informações sobre o assunto, pelo fato de se encontrarem ainda em fase de constituição.

6. A localização das áreas escolhidas, a disponibilidade de infra-estrutura básica, o custo estimado para a implantação da ZPE, bem como a previsão de início das obras e do tempo de execução e os investimentos prioritários para as Zonas aprovadas podem ser encontradas nos Quadros 1 e 2 contidos no ANEXO "A-IX".

Cabe ressaltar que, tendo em vista o fato das ZPE

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

(CONTINUAÇÃO DO INFORME Nº 035 /89-DSI/MD.....64/05)

aprovadas estarem em fase inicial de implantação, a Secretaria Executiva não dispõe, no momento, de informações que possam indicar o prazo de seus efetivos funcionamentos.

Estima-se que, no prazo de doze meses, pelo menos quatro ZPE estejam em condições de receber os empreendimentos industriais.

7. Alguns grupos empresariais mantiveram contato com a Secretaria Executiva, demonstrando interesse de investir em ZPE nos segmentos econômicos de calçados, têxteis, eletro-eletrônico e agro-indústria.

No entanto, de um modo geral, encontram-se cautelosos quanto a um compromisso mais efetivo, em virtude da necessidade de aprovação, pelo CONGRESSO NACIONAL (CN), do Decreto-Lei nº 2.452 que institui a Política de ZPE no País.

Sobre o assunto, o Projeto de Lei nº 1842, de autoria do Deputado Federal CESAR MAIA, do PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT/RJ), objetiva extinguir as ZPE, com base em "relatórios do próprio BANCO MUNDIAL" que atestariam ser a ZPE uma prática mal sucedida em outros países (ANEXO "B").

A Mensagem nº 108, de 1988-CN, que submete à deliberação do CN o texto do Decreto-Lei nº 2.452, é matéria em votação, e depende de parecer a ser proferido em Plenário. O prazo, de acordo com o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, artigo 25, § 1º, I, é 05 JUN 89 (ANEXO "C").

Outro fato gerador de expectativas quanto ao futuro das ZPE é, sem dúvida, o resultado do pleito eleitoral para Presidente da República.

8. Na opinião de técnico em ZPE, os principais obstáculos que podem surgir na implementação dos projetos são, de um modo geral, relativos às dificuldades de ordem financeira, dadas as situações econômicas dos Estados da União. Além disso, ficou constatada a falta de experiência das equipes estaduais em lidar com um novo instrumento de política indus

CONFIDENCIAL

Acervo do Arquivo Nacional

pecem

CONFIDENCIAL

(CONTINUAÇÃO DO INFORME Nº 0351 /89-DEI/MD.....05/05)

trial, o que se reflete na dificuldade de se conceber uma empresa administradora da ZPE e, até mesmo, no que diz respeito à composição da equipe técnica que oriente o processo.

Considera, ainda, que podem surgir problemas de ordem política, sobretudo nas ZPE propostas por Municípios, sem a participação do Estado — a exemplo, a ZPE de ILHÉUS/BA —, por não contarem com um suporte administrativo mais sólido e, conseqüentemente, estarem mais expostas a pressões políticas de diversas naturezas.

Por outro lado, entende, aquele técnico, que a in^{devida} manipulação dos reais objet^{vos} e impactos da ZPE sobre a economia local pode gerar conseqüências danosas, tanto em termos econômicos quanto sociais, com a possibilidade de provocar movimentos especulativos, além de um fluxo migratório indesejável, acima da capacidade de absorção de mão-de-obra pelas indústrias em ZPE, gerando, assim, desajustes e frustrações sociais.

9. O Secretário-Executivo do CZPE — JOAQUIM SALLES DE OLIVEIRA ITAPARY FILHO — proferiu uma palestra, em ABR 89, no Departamento de Engenharia e Comunicações do MINISTÉRIO DO EXÉRCITO (M.Ex.), e que se constitui no ANEXO "D".

10. RELAÇÃO DOS ANEXOS

- ANEXO "A" - DADOS BÁSICOS SOBRE AS ZPE.
- ANEXO "B" - PROJETO DE LEI Nº 1842, DE 1989.
- ANEXO "C" - MENSAGEM Nº 108, DE 1988-CN.
- ANEXO "D" - PALESTRA DO SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CZPE - ABR 89.

* * *

/10

CONFIDENCIAL